

O AVANÇO DAS “NOVAS” DIREITAS EM NOVA IGUAÇU/RJ: A CIDADANIA COMO OPORTUNISMO POLÍTICO

Bernardo Bispo Santos
bernardo_bs13@yahoo.com.br

RESUMO

O presente trabalho se compromete em discutir acerca da insurgência de grupos do espectro político de direita e como este acontecimento está relacionado a lógica territorial do município de Nova Iguaçu/RJ, tendo ênfase ao recorte da Zona Eleitoral N°84. Essa lógica se expressa quando nos comprometemos em trazer um resgate a constituição territorial da região. Tal ascensão está ligada totalmente ao atual panorama da conjuntura da política brasileira, tendo como perspectiva um recorte temporal que abrange desde 2013 ao ano atual. Tentamos trazer a ligação de momentos cruciais e as suas ligações, como as últimas duas eleições gerais presidenciais (2014 e 2018). No âmbito da relação entre os momentos eleitorais e as condições da conjuntura política do município, utilizamos da Geografia Eleitoral, um ramo da Geografia Política. Tal metodologia abre nossas possibilidades ao analisar momentos não necessariamente eleitorais, porém sempre políticos.

Palavras-chave: Geografia Eleitoral, Baixada Fluminense, Território.

GT-6: Território e ativismos sociais urbanos

INTRODUÇÃO

O presente artigo procura dissertar e expor a insurgência de grupos do espectro político de direita no município de Nova Iguaçu/RJ, elucidando uma prioridade de análise na Zona Eleitoral 84 do Estado do Rio de Janeiro. A ênfase deste recorte se justifica quando observamos a conjuntura municipal, onde a região citada está localizada no Sudoeste¹, realizando limites com a capital do Estado. Como um de nossos maiores objetivos é tratar de condições político-eleitorais, há de tratarmos acerca do território como palavra-chave de nossa temática, pois o mesmo condiciona e formaliza uma lógica na região, a partir das constituições históricas atribuídas a mesma. Após tamanha contextualização, a junção destas tramas em conjunto da conjuntura política nacional atribuídas pela repercussão das últimas duas Eleições Gerais (2014 e 2018) acaba se tornando um norte para análise da trajetória, atuação e discurso desses grupos “transformadores”. Procuraremos então expor tais observações, seja pela articulação da esfera empírica, até as constatações factuais (conteúdos noticiados e depoimentos) ao escopo teórico classificatório para tamanhas tramas.

Em um básico jogo de escalas, a região discutida neste artigo se é denominada de “Baixada Fluminense”. Por ser tratar de uma região que recentemente é debatida (no meio científico), podemos destacar sua delimitação territorial, que se apresenta bastante variada de acordo com o autor e a datação de sua obra. Para este trabalho, utilizaremos a classificação de SIMÕES (2006), delimitando a Baixada Fluminense em polos: Nova Iguaçu e Duque de Caxias como centralidades constituídas², incluindo também seus “satélites” que cercam tais centralidades, tais como: Belford Roxo, São João de Meriti, Nilópolis, Mesquita, Queimados, Japeri. A diferenciação da concepção original para o artigo aqui presente, é a adição dos municípios de Seropédica, Itaguaí como cidades que permeiam essa borda “metropolitana”, se provando como “satélites do limite”. Em outras ocasiões dependendo de autores, Magé e Guapimirim podem ser inseridos na lógica regional da *Baixada*. Neste artigo também consideramos a entrada desses dois municípios na classificação. Como citado anteriormente, trataremos Nova Iguaçu, o município se apresente como uma totalidade em nosso trabalho,

¹ Nomenclatura dada pela própria prefeitura de Nova Iguaçu. Fonte: <http://www.cmni.rj.gov.br/wp/nova-iguacu/mapa-da-cidade/> Acesso em jun 2019.

² Constituições essas nos referimos a sua formação a uma intensa urbanização, a partir dos anos 70, obtendo sua “face” urbana. Recomendo ver também, OZÓRIO, 2007, **O processo de (re)produção do espaço urbano na cidade de Nova Iguaçu-RJ: (1990-2007)** e SILVA, Nathan Ferreira da. **A ação dos agentes sociais na produção do espaço urbano**. São Paulo, 2015.

mesmo com toda nossa prioridade em uma área específica do município é preciso elucidar que os efeitos de projetos destes grupos estão além da Zona Eleitoral 84°.

Neste jogo de escalas, apresentamos o recorte analítico do trabalho, que se limita a analisar os bairros que estão englobados dentro da 84° Zona Eleitoral do Estado do Rio de Janeiro, mais precisamente no município de Nova Iguaçu. Pelo recorte principal deste trabalho

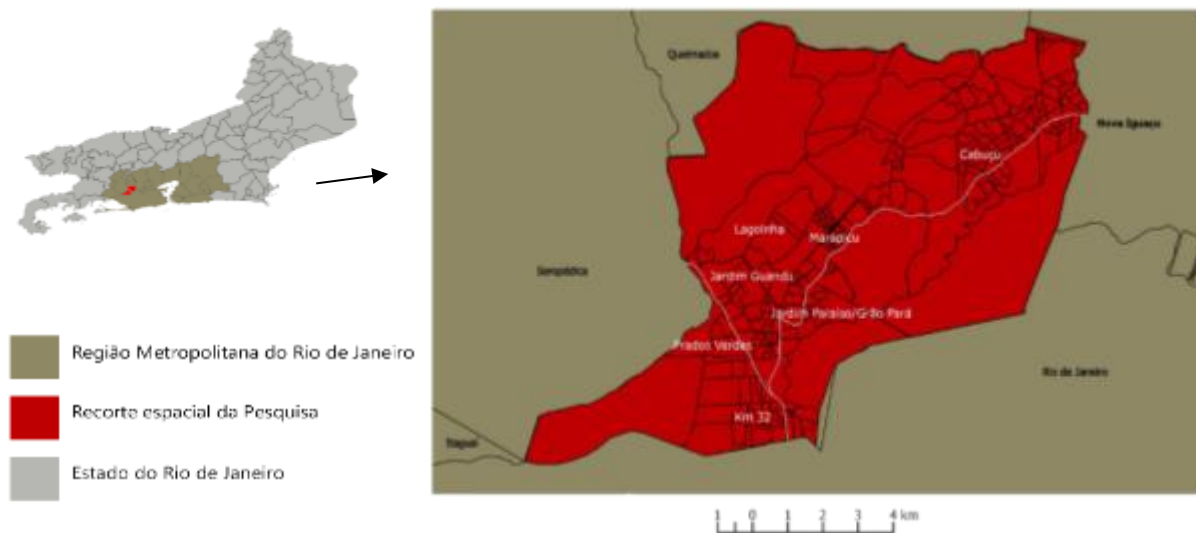


Figura 1 - Mapa indicador do Recorte Espacial da Pesquisa Divulgação: Bernardo Bispo, 2019. ser uma zona eleitoral, tendo isto em vista, foi elaborado um mapa para uma melhor visualização (Figura 1).

Além da amostragem cartográfica, é importante ressaltar essa limitação analítica em bairros, que são compostos por: Km 32, Prados Verdes, Lagoinha, Jardim Paraíso, Grão-Pará, Jardim Guandu, Marapicú e Cabuçu. A consolidação de tal recorte é justificada quando pensamos em uma lógica que permeia a zona eleitoral, a mesma se efetiva tanto fisicamente, pelos eixos rodoviários como a BR-465 (Antiga Est. Rio-SP) e a RJ 105 (Est. de Madureira). Acreditamos que tal lógica segue por toda a zona eleitoral, por conta de uma espécie de “separação” territorial entre a região sudeste do município, porém essa negligência citada não é totalmente rígida somente a região Sudeste. Tal ação estrutural também pode ser observada nas regiões que não regem eixos centrais do município, como as regiões que se compreendem em Tinguá, Austin, Comendador Soares, etc. Essa sensibilidade é algo que, no território, se apresenta como uma realidade “comum”, devido a tamanha “negligência” e “esquecimento”.

TERRITÓRIO E ELEIÇÃO: A GEOGRAFIA ELEITORAL DA 84°Z

Para obtermos tamanha qualidade na análise do trabalho, utilizamos da Geografia Eleitoral, que se parte de uma ramificação da Geografia Política. A importância da Geografia Eleitoral no processo de formação deste trabalho é *espacializar* a questão eleitoral como um processo contínuo. Também é preciso acrescentar a importância de se usar a terminologia “Geografia Eleitoral”, e não “Geografia do voto”. Apesar de parecerem semelhantes em suas formas de abordagens, o uso da nomenclatura “voto” diminui o fator de análise a se limitar somente a uma ação institucional. Em contrapartida, o processo eleitoral se dá a todo instante como uma ação política e nisto podemos dizer que o processo eleitoral não se limita somente a uma “campanha-eleição-pós eleição”. Porém, o mesmo se expande, introduzido a uma espacialização, podemos utilizar uma metodologia que traz um maior apreço à ciência geográfica. Como um apreço a constituição espacial no aspecto comportamental do eleitor, elucidado como “espaço-eleitor-eleição” (SANGUIN, 1981). No aspecto dos estudos eleitorais, utilizamos também a concepção de SENDRA (1981), os passos metodológicos para o trabalho se instituem via: **(1)** – A influência da estrutura social (efeito de grupo religioso, associações, localização e classe social); **(2)** – Efeito da circulação do fluxo de informações (dado tanto pelas formas tecnológicas quanto das tramas pessoais do eleitor); **(3)** – Proteção local (temas que interessam uma parcela de um grupo comum).³

A elevação do olhar geográfico é importante, pois, se há de problematizar o espaço constituído daquele tal *lugar*, a problemática e o maior destaque na questão espacial nos estudos eleitorais, se justifica quando pensarmos em *poder*. O tal poder se encontra atrelado à sua posição na conjuntura social. Entretanto essa conjuntura não é brutalmente capital em si, a consolidação daquele elemento como chave nessa “pirâmide social” só seria consolidada de acordo com a posição daquele elemento no território. Neste contexto é preciso afirmar que:

“Cada homem vale pelo lugar onde está: o seu valor como produtor, consumidor, cidadão, depende de sua localização no território. Por isso, a possibilidade de ser mais ou menos cidadão depende, em larga proporção, do ponto do território onde se está” (SANTOS, 1987).

A relação dentre esses dois conceitos se justifica pelas constituições dos mesmos, tendo como pauta uma construção dessas “relações de poder”. Tais tramas não são postas como uma espécie de “espaço natural”, se é construído por uma historicidade local. Sobre tal relação de poder e território podemos citar que:

³ Tal esquematização do conceito foi totalmente adaptada pelo autor para uma maior dinâmica com o tema referido em nosso trabalho.

“[...] ao mesmo tempo que o território corresponde a uma faceta do espaço social (ou, em outras palavras, a uma das formas de qualifica-lo), ele é, em si mesmo, intangível, assim como o próprio poder o é, por uma relação social (ou melhor, uma das dimensões das relações sociais). Se o poder é uma das dimensões das relações sociais, o território é a expressão espacial disso: uma relação social tornada espaço – mesmo que não de modo diretamente material, como ocorre com o substrato, ainda que o território dependa, de várias maneiras, deste último.” (SOUZA, 2015, p. 97-98)

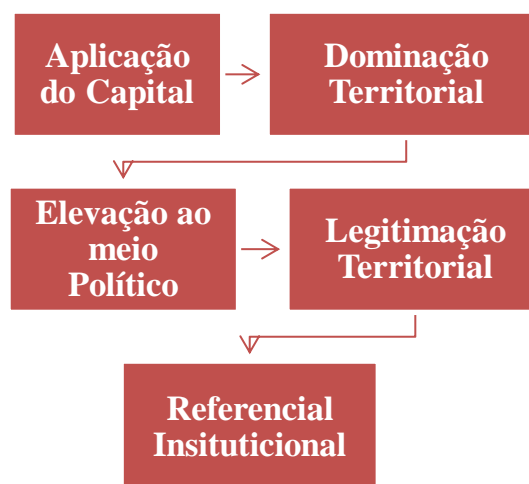
A “materialidade” descrita por Marcelo Lopes de Souza, pode ser considerada como expressões de *poder*, que possam ser: violência, persuasão, intimidação, dominação, pertencimento e eficiência. A discussão da efetivação dessa materialidade é importante, contudo, neste artigo também é de suma importância debater sobre a ação de um poder simbólico atrelado à territorialidade existente. O olhar geográfico traz uma elevação qualitativa a essa discussão, pois, temos que deixar claro que o fator espaço e território não pertencem a mesma cadeia naturalmente, apesar de andarem em conjunto, como pilares um para o outro (RAFFESTIN, 1993). Concluindo essa discussão, podemos destacar que as territorialidades existentes, não partem somente de uma ferramenta para a “criação” da ordem instituída, mas também se molda como um alienador das *formas* que regram a imagem de mundo que nos foi concebido (SACK, 1986). Essa alienação pode ser dada pela perpetuação de um certo território a um status pré-concebido, podemos ter conceitos chaves que são automodelados a partir de tais concepções. A favela, comunidade e a periferia em tese, estão “condenados” a um ordenamento territorial, seja essa ordem partida pelo Estado, grupos paralelos de poder, etc. Reforçando a discussão anterior, a manutenção do poder se dá claramente pela manutenção do território em suas diversas maneiras. O congelamento do *status quo* em escalas variadas se dá como uma das maiores armas dessa “alienação” da forma do território.

A CIDADANIA COMO FATOR CHAVE DA CONJUNTURA POLÍTICO-ELEITORAL

Para uma maior exemplificação de o que seria e como se dá esse fenômeno, buscamos formular o conceito de *referencial institucional*, que se modula a partir da (a) – “**aplicação do capital**”, em depoimento de Luiz Novaes em sua breve bibliografia familiar, o mesmo, aponta para um possível investimento da família no bairro. Trazendo uma mudança familiar, seja pelo contexto da habitação, mas, principalmente no aspecto de “negócios”. Pela ausência de documentação acerca da região e principalmente pelo tema, somente nos foi possível obter tamanho panorama por depoimentos de moradores que vivem há cerca de 30 até 40 anos no bairro. Por opções dos próprios não foi possível trazer seus nomes, por ser comentários sobre

uma figura pública e principalmente “política”. A princípio nos foi mostrado estranhamento pela via de abordagem do pesquisador, porém, ao saber que éramos no mesmo bairro, apesar do contraste, nos foi mostrado uma melhor recepção. Foi possível observar pelos depoimentos, como essa aplicação de capital muda a configuração espacial do espaço que continha o maior fluxo, a praça do bairro (Km 32). Como a instauração de mercados como: O antigo Mercado Balaio e a loja de Colchões Denver, isto nos meados dos anos 80. Depoimentos esses que não demonstram exatidão factuais em suas opiniões, somente deixam a perceber a representação do poder. Exemplificado aqui como referência, ouvimos palavras de referencial a tal família, como: “Manda chuva”; “Dono de tudo”. Na seguinte etapa, temos, **(b) - “dominação do território”**, tamanha ação entranha pelas diferentes ramificações e põe em execução seu poder. Se demonstra tanto fisicamente quanto simbolicamente, ultrapassa escalas do *sensível* ao *concreto*, e se concretiza como passado, presente e talvez um futuro. Em processo de continuidade, enfatizamos, em detrimento do depoimento explicitado, a terminologia **(c) - “Dono de Tudo”**, tal classificação se deve ao controle por conta da etapa anterior de dominação do território. Quando se controla os espaços de maiores circulações do bairro, como os espaços do comércio principalmente, traz uma formação de uma ideia de posse daquela “terra”. Até que a posse vira “pertencimento”, a naturalização da posse se dá pelo detrimento da posse e o simbolismo destas estruturas. A questão das toponímias, onde o político põe seu nome ou de sua família em todo estabelecimento, hospital, etc. Para uma melhor efetivação dessa lógica, o acesso ao meio político é essencial. Pois, para legitimar o discurso institucionalmente, se é preciso utilizar a lógica do Estado, como uma grande máquina expressiva do poder. Entramos na **(d) – Elevação ao meio político**, em um processo avançado, o detentor das terras, capital, agora detém o poder constituído, se transformando em referência. A mesma se demonstra como uma saída única, o meio político se efetiva com uma contradição enorme na região. Surge como o formador dos problemas, porém, também se demonstra como solução das problemáticas. Além de tudo, se adapta e converge seu poder a outras diferentes formas de poderes que, atuam ao mesmo tempo que a referência. Nos embasamos novamente em SOUZA (1995), para adaptar o conceito de **(e) – Legitimação Territorial**. Para demonstrar os limites que se encontra tamanha referência e qual a sua extensão aos diferentes meios, seja ao concreto e sensível. Isso se exemplifica quando podemos observar alguma composição criminosa, que “comanda” um bairro, em contraposição, existe um certo político que também se dá como uma referência territorial daquele mesmo bairro. Como tamanhos poderes tão fortes no quesito simbólico e territorial

podem conviver, sendo que, teoricamente esses dois grupos não pertencem a uma mesma lógica “maquinaria”?⁴ Não há como mensurar até onde se estende essa “cumplicidade” de poderes; entretanto, é mensurável que ambos seguem uma lógica (não exata), onde trazer a manutenção, e manter tal território em suas posses é primordial, por diferentes formas. Concluindo esta tentativa de modulação de uma “lógica”, chegamos a instauração de um nível “máximo” da mesma. Que é o (f) – “Referencial Institucional”, neste estágio, por via das explicitações anteriores, o político se torna e exerce o que consolidamos de “instituição”. A personificação se dá pela referência, eventualmente qualquer trama “percorre” as suas mãos, seja pela obra, inauguração, demolição e fechamento de alguma estrutura. Pois, o mesmo se legitima com a posse de “tudo”, pelo comércio, espaços habitacionais, obras de teor institucional, etc. A partir de tamanho controle das formas, o referencial dá partida para um propósito maior, onde o mesmo



Quadro 1 – A lógica do “Referencial Institucional”. Organização: O autor.

se encontra como a “chave”. O teor institucional (Quadro 2), em uma visão ontológica, para grande parte dos moradores não se parte pelo Estado e as suas estruturas (abrimos um adendo para a estrutura da *polícia*). Porém, se expressa pelo político, seja para abdicar de uma demanda ou para expressar alguma insatisfação.⁵

⁴ Há quem teorize e apresenta a questão das composições criminosas em relações com o meio institucional, principalmente com o emaranhado político. Acreditamos em tal teoria, porém para uma exemplificação honesta e clara, é preciso ter aspectos factuais em mãos para a inserção de tal ideia. Em fins de honestidade, afastamos tamanha questão grave do artigo, pela falta de arquivos factuais.

⁵ Em uma contextualização maior, partimos da premissa da negligencia institucional como uma naturalidade na região. A instituição como parte de “Estado”, se evidencia pelos grupos criminosos que comandam o local (tal como justiça ou até serviço de “policiamento”) e pelos políticos como a prática clientelista (acesso a hospitais, cidadanias em geral).

Entrando neste estágio deste artigo, procuraremos estabelecer a relação da negligência estrutural citada anteriormente, em conjunto das táticas do emaranhado eleitoreiro. Exemplificamos isto por via do conceito de “referencial institucional”, que se condiciona quando a figura política se torna e exerce o que consolidamos de “instituição” (SAVIANI, 2008).

A personificação se dá pela referência, eventualmente “qualquer trama percorre” as suas mãos, seja pela obra, inauguração, demolição e fechamento de alguma estrutura. Pois, o mesmo se legitima com a posse de “tudo”, pelo comércio, espaços habitacionais, obras de teor institucional, etc. A partir de tamanho controle das formas, o referencial dá partida para um propósito maior, onde o mesmo se encontra como a “chave”. O teor institucional, em uma visão ontológica, para grande parte dos moradores não se parte pelo Estado e as suas estruturas (abrimos um adendo para a estrutura da *polícia*). Porém, se expressa pelo político, seja para abdicar de uma demanda ou para expressar alguma insatisfação.⁶

Em conjunto na contextualização anterior, chegamos a nossa tese que elucida a crescente de grupos sociais de cunho conservador em Nova Iguaçu. Para fomentar nossa análise, dissertaremos acerca do formato de atuação, discurso e comportamento de tais grupos em sua totalidade, seja na formalidade política institucional ou em sua prática militante de rua. Constatamos por via desta breve investigação que os envolvidos nos grupos são majoritariamente agentes ligados ao comércio, classificados aqui como “microempreendedores” da região, atuantes em ligas do comércio, etc. Podemos claramente formular a relação entre a reformulação do tecido urbano de Nova Iguaçu (decorrente da alta financeirização do espaço) e a elevação destes grupos de microempreendedores à política institucional.

Selecionamos três grupos para analisar neste artigo, o critério de seleção foi feito de acordo com a abordagem e interesse de cada grupo. Em nossa seleção, os grupos são: Recomeça Nova Iguaçu; Um Bairro Novo e a Igreja Unção Dobrada. É interessante ressaltar a sua variedade de abordagem e origem. Para exemplificar, temos um grupo que é totalmente partidário, o segundo se apresenta como algo “não-partidário” e totalmente “comunitário” e por último temos uma igreja, que serve como uma instituição na região. Entretanto, o modelo de atuação se apresenta como um fator de igualdade perante a constituição territorial da região,

⁶ Em uma contextualização maior, partimos da premissa da negligência institucional como uma naturalidade na região. A instituição como parte de “Estado”, se evidencia pelos grupos criminosos que comandam o local (tal como justiça ou até serviço de “policiamento”) e pelos políticos como a prática clientelista (acesso a hospitais, cidadanias em geral).

como explicitamos anteriormente o fator do acesso a cidadania é uma questão relevante até os dias atuais. Além das questões representativas no espectro político do conservadorismo que as instituições têm em comum. Grande parte das constatações feitas nesta etapa do artigo se compreendem em informações coletadas a partir de veículos de informações propagadas pelos próprios grupos (redes sociais, faixas esticadas pelo bairro e utilização de carros publicitários).

Iniciaremos com o grupo “Recomeça Nova Iguaçu”, o grupo foi criado no final de 2018, tendo como intuito atuar em regiões que não são abastadas pelo município, quase uma “compensação” pela zona “esquecida”. O grupo conta com um discurso que provém de uma “neutralidade política”, tendo em vista os choques das dicotomias do espectro político. Entretanto, o grupo político se apoia em uma figura institucional, que possui um cargo de Vereador na Câmara Municipal de Nova Iguaçu.⁷ Porém, essa figura apresenta seus traços reacionários quando nos remetemos as suas influências e gostos políticos, configurado pelo seu apoio total as medidas do atual Governo Federal, além de sua aberta idolatria a Jair Bolsonaro (PSL).

Seu modelo de atuação se efetiva em um papel das ações diretas, tendo como uma de suas principais táticas dar “voz” e expor as demandas da comunidade por via das redes sociais. Essa voz é propagada por estímulos de revolta (pela negligência citada) em detrimento da ausência de uma cidadania “básica”. Com isso, o grupo acaba servindo como um modelo alternativo de solução para esse “Estado ausente”, onde os mesmos atuam como fornecedores de pequenas obras/consertos nos bairros, além de diversas atividades como: consertos de buracos nas vias, obras de pavimentações, fiscalização de obras e questões institucionais. A proposta do grupo de uma “finalmente” representação política para a região é um dos seus aspectos mais fortes, ocasionando um discurso claro de “pertencimento local”. Qual seria o malefício de ter um grupo em seu bairro, que em tese “conhece seus problemas e conhece seu sofrimento” para a solução e intermédio dos diálogos políticos-institucionais? Iremos ao final deste estágio reunir todas as discussões sobre os grupos citados e discutir as relações e conflitos da ascensão deste tipo de grupo político.

⁷ O então suplente Vaguinho Neginho (MDB), assume o posto de vereador do então ex-vereador Juninho do Pneu (DEM) em fevereiro de 2019. Fonte: <http://www.cmni.rj.gov.br/wp/wp/2019/02/20/felipinho-ravis-convoca-vaguinho-neginho-para-tomar-posse-como-vereador-de-nova-iguacu/> Acesso em jun de 2019.

Entrando em nosso segundo grupo, temos o “Um bairro novo”, talvez o mais significante nesse trabalho pela sua riqueza de detalhes e implicações no território citado. Tal riqueza se apresenta pelas tramas complexas e oportunas que surgem ao analisar um grupo que lida com diferentes esferas no aspecto política-eleitoral. Alegamos isto por primeiramente o grupo ser considerado como apartidário, entrando em contradição com as suas cores e dizeres, tendo todo aparato do Partido Social Liberal (PSL) do núcleo de Nova Iguaçu. Tendo destaque o financiamento de um Deputado Estadual eleito nas Eleições Gerais de 2018, que possui sua origem de Nova Iguaçu.⁸ O grupo se intitula como uma forma “alternativa” a forma da política que é “característica regional”, assim com o grupo anterior, discursando acerca de uma representatividade comunitária, principalmente dos bairros compreendidos entre o Km 32, Jardim Paraíso, Grão Pará e Prados Verdes.

Em sua atuação política que também se dá em uma questão reivindicadora para os “interesses comunitário”, temos como um dos exemplos o conflito entre o DNIT e a população do Km 32. Em 2016, por ocorrência da reforma da BR-465 (Antiga Estrada Rio-São Paulo), acabou sendo removido o ponto de ônibus da praça do bairro, gerando assim uma revolta comunitária acerca da mobilidade populacional. O grupo em questão ganhou fama na comunidade após reivindicar o direito a esse ponto ônibus da praça do bairro, o ocasional e irônico foi o modelo de instrumentalização político de mérito que o grupo usou para se identificar como um “autor” daquele ato “benfeitor”. Tal modelo é basicamente uma faixa omitida e impressa pelos mesmos agradecendo as empresas de ônibus envolvidas e o DNIT, porém, a questão nesta ação está ligada totalmente a uma origem simbólica de se identificar como um grupo que “age”. O interessante do partidarismo do grupo é o seu plano geopolítico do uso da imagem para definição de um pertencimento do território. Como uma de suas principais ações, o movimento está redefinindo as placas de identificação de ruas, com uma justificativa de ausência, em prol “social”. Entretanto, os mesmos utilizam de seu modelo próprio de placa, definindo a mesma com seu logotipo (que pertence ao Governo Federal), algo que cabe ao município como responsabilidade (Figura 2).

⁸ Anderson Moraes (PSL) foi eleito Deputado Estadual do Rio de Janeiro nas Eleições Gerais de 2018, o mesmo esteve em contato com o fundador do grupo “Um bairro Novo” Robson Moraes. Também estamos adentrando de período intensivo de lançamento de candidaturas as prefeituras, principalmente a de Nova Iguaçu, onde o PSL está se articulando cada vez mais com figuras que pertencem de certa maneira as hierarquias militares. Ver também: <http://aierj.com.br/foi-dada-a-largada-para-as-eleicoes-municipais-2020-psl-lanca-o-nome-do-deputado-renato-zaca-para-concorrer-a-prefeitura-de-nova-iguacu/>



Figura 2 – As implantações de placas pelo grupo “Um Bairro Novo”. Reprodução: Facebook, 2019

Como estamos narrando, a conjuntura se configura principalmente no aspecto simbólico, se destacar e trazer a imagem, discurso e maneira de seu grupo político. Em especial, sua bandeira partidária, prorrogar o crescimento do Partido Social Liberal (PSL) em Nova Iguaçu se assemelha a um dos principais objetivos do grupo. Além de o grupo promover a ação de cunho de filiação partidária, reproduzindo uma militância do partido, aliando muitos jovens que se interessaram nesta reivindicação “comunitária”.

Em terceiro e por último, discutiremos acerca da “Igreja União Dobrada”, localizada no bairro do Km 32, a mesma está consolidada na região desde os anos 80, se tornando uma instituição “tradicional” local. O aspecto político de forma de ação direta surge de forma recente, principalmente a partir das Manifestações de Junho de 2013. A Igreja tem se formado como uma instituição referencial desde 2015, quando começou a formular trabalhos de base em conjunto de jovens frequentadores da Igreja. Este trabalho se resume a dispor de uma vivência maior na Igreja, como em períodos integrais, passeatas, atividades externas relacionadas ao meio religioso. Entretanto, a razão para que nós utilizarmos a Igreja como uma instituição política, foi os modelos de atuações geopolíticas utilizados. Como citado anteriormente, a escala simbólica se torna a principal referência quando lidamos com a região. Tendo este fator em vista, exemplificamos a atuação da Igreja, quando se é possível observar a formação de uma face, bandeira, discursos e conseqüentemente uma formação territorial. Tal formação se dá quando a instituição objetiva que tal lugar pertence à Igreja ou a vertente religiosa predominante no templo

religioso. A igreja utiliza de uma cor própria, além de uma fonte específica com o escrito de “Jesus”, o fator apresentado aqui não é necessariamente a utilização de uma figura sagrada. A problemática se dá quando a instituição se envolve com dizeres empregados em placas em entradas de bairros na região (como Lagoinha, Km 32 e Grão-Pará) com discursos de “O bairro de Lagoinha pertence a Jesus”. E o pertencimento aqui não se dá somente em um aspecto religioso protestaniza, e sim em uma visão geopolítica que a determinada Igreja domina o território daquele determinado bairro. A noção de pertencimento e posse do território está estritamente ligado a uma lógica facetaria da geopolítica do espaço, criando limites, fronteiras e divisórias perante toda a região.

Como aspecto que liga a Igreja totalmente a nossa temática, recentemente, assim como o grupo “Um bairro Novo”, o grupo iniciou ações benéficas a “comunidade”. E também seguindo o exemplo do grupo partidário do PSL, a Igreja começou a instalação d placas de identificação de ruas, e claro, contendo também sua face geopolítica de logo (Jesus) e o nome da Igreja. Contribuindo com a nossa tese que se resume a uma ação comunitária que resume e define o modelo de ação política na região, além da perpetuação desta condição, é a perpetuação da instituição, como um movimento “presente”. Em seguida apresentamos um poste na esquina da Rua São Jorge no Km 32, onde se é possível perceber a dualidade entre dois grupos, um a Igreja Unção Dobrada e o Um Bairro Novo, ambos com suas placas personalizadas com o nome da rua apresentada anteriormente (Figura 4).



Figura 4 – Poste com as placas da Igreja Unção Dobrada. Reprodução: O autor, 2019.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em uma contextualização de toda abordagem teórica com o artigo, podemos explicitar tais fatores que determinam uma certa “escala” particular da espacialidade descrita. As tramas territoriais não se comportam dentro de uma lógica automática de uma “concentração” de poder. Mas, sim em um ciclo de “instituições” que determinam a lógica do *vivido*. São instituições que cercam e demarcam um “ciclo”, que se dá como *ações territoriais*, seja por via da Igreja Pentecostal que possui seu próprio logo, bandeira, uniforme e demarcação territorial. Agindo intensivamente como um “Estado Nação”.⁹ Também por grupos paramilitares, como por exemplo as milícias, que como toda facção criminosa, atua com seus limites territoriais. Com toda sua “guerra” com o tráfico local pelo controle e apropriação dos territórios, seu modo de ação, e também aplica toda sua capacidade de intimidação e controle perante a vida cotidiana. A relação entre território e poder neste artigo se expressa por via de um panorama da consequência. Podemos tornar mais clara tal situação, quando o poder legitima uma ação territorial, logo, delimitando tamanha ação para uma determinada lógica de tramas (SOUZA, 1995). Seguindo tamanha lógica, qual é o impacto de toda essa carga nos modelos institucionais, como o momento eleitoral? O que se possibilita como “influência”, a ocorrência de modelos de instituições que se mostram como “detentoras” dessa territorialidade sobre o eleitorado? Além de tudo, qual a relação entre esse comportamento eleitoral, os indicadores do mesmo e o concebido a esse eleitor, tendo em vista, toda uma junção da problemática na constituição “eleitoral”¹⁰ deste eleitor?

A contradição entra como uma consequência, o modelo federativo de uma democracia representativa na região se resume somente a uma tentativa de alcançar a cidadania. Este resumo se torna prejudicial quando ligamos a toda complexidade de um sistema representativo (que se apresenta falho em totalidade) se ocasionando em uma ferramenta de elevação política que se

⁹ Atribuímos tamanho exemplo, por conta da prática de Igrejas na região, que possuem um caráter “territorial”, que abordam principalmente práticas de identidade. Onde, por vida de tais práticas, as mesmas confeccionaram o logotipo “Jesus”, com uma fonte própria, em um produto de design. A partir de tal fonte, foi-se criado uma variação de figuras “identitárias”, como: pinturas, bandeiras, faixas e principalmente placas.

¹⁰ Tal constituição pode ser definida por conta de uma produção e reprodução de diferentes tramas. Como a própria absorção de valores familiares, as conversas particulares com as pessoas ao redor, campanhas eleitorais e com o fenômeno atual da atuação da internet na difusão de informações (sendo verdadeiras ou não). A eleição é um fenômeno que junta oposições de escalas, é o momento onde se junta as constituições individuais do *vivido*, em uma ação que se molda como um “coletivo”, que é o voto por si só.

traduz como a cidadania em si.¹¹ Nesta perspectiva, é possível perceber uma relação direta entre este projeto partidário e os almeçados cargos nas prefeituras da Baixada Fluminense. Tendo em vista, as Eleições Municipais de 2020, principalmente pelo crescente de personagens de alto padrão oriundos do meio policial, um movimento já recorrente desde a Eleição Geral de 2018¹². Muitos dos personagens que se apontam para esse futuro se elegeram nos cargos de deputados na eleição passada, e almejam as prefeituras nas eleições do ano que vem, tendo destaque o Deputado Estadual Renato Zaca (ex-policial militar) e o Deputado Estadual Carlos Augusto (delegado). É possível notar a crescente representatividade desses setores por um fator simbólico que perpassa toda a estrutura política nacional, que se apresenta (e se produz, principalmente) como o fracasso político da “democracia”. Debateremos aqui então o que de fato se é presenciado, vivido e sentido sobre as condições da democracia em geral, principalmente de que forma concreta tal modo de governo se apresenta em locais que se enquadram em uma condição de “vulnerabilidade estrutural”. Durante toda a discussão apresentada aqui neste trabalho, exemplificamos como ocorre um processo estrutural e histórico acerca da constituição territorial não somente do município por si só, mas também das regiões que se apresentam em contradição com as centralidades ali postas. Também é louvável reiterar como toda essa constituição histórica acarreta como consequência um único modelo referencial de ação política, que se desagua na busca pela cidadania. Então concluímos que este trabalho se busca trazer uma revisão acerca do panorama atual de um município que é considerada conceitualmente como “periférico” que se está localizado distante aos “centros”, entretanto possui suas próprias tramas e disputas, principalmente territoriais. Obter a revisão entre os movimentos assim ditos “populares”, relacionar os mesmos aos interesses das conjunturas maiores é essencial para a análise dos mesmos. Retirar a “neutralidade” que movimentos como esses alegam e reproduzem pejorativamente (a nomenclatura “movimentos de bairros” nos exemplifica a constatação) se torna um dever de um pesquisador do campo das ciências políticas que se propõe em elevar os fluxos do território em um estado de complexidade.

¹¹ A cidadania em si ela se é complexa como uma concepção de direitos igualitários universais para componentes populacionais de uma mesma nacionalidade.

¹² Cerca de mais de 700 candidatos as Eleições Gerais de 2018 utilizaram de sua patente ou cargo policial como nome político em todo o Brasil (MACEDO, 2018).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, José Claudio. **Dos barões ao Extermínio: uma história de violência na Baixada Fluminense**. Duque de Caxias: APPH CLIO, 2003.
- BAITZ, Ricardo. Implicação: um novo sedimento a se explorar na Geografia? In: **Boletim Paulista de Geografia**, nº 84, jul. 2016.
- BARRETO, Alessandra Siqueira. Notícias de uma Guerra: estratégias, ameaças e orações. **Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre. Ano 13, n.27, p.183-212, jan-jun. 2007.
- HAESBAERT, Rogério. **Dos múltiplos territórios á multiterritorialidade**. Porto Alegre, 2004.
- MACEDO, Isabela. Mais de 700 candidatos usarão patente ou cargo policial como nome na Urna. **Congresso em Foco**. 2018, São Paulo. Disponível em: <<https://congressoemfoco.uol.com.br/eleicoes/mais-de-700-candidatos-usarao-patente-ou-cargo-policial-como-nome-na-urna/>> Acesso em jun 2019.
- OZÓRIO, Elaine Cristina. O Processo de Reprodução do Espaço Urbano Na Cidade de Nova Iguaçu - RJ (1900 – 2007). Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do **Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ**. Rio de Janeiro, 2007
- RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.
- ROCHA, André Santos da. “As representações ideais de um território”: dinâmica econômica e política, agentes e a produção de sentidos na apropriação territorial da Baixada Fluminense”. Tese (Doutorado em Geografia) – **Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Geociências, PPGG**, Rio de Janeiro, 2014.
- ROCHA, André Santos da. **Geografia Política das Representações – Projetos e Jogos de Poder na Apropriação da Baixada Fluminense**. 2015. Rio de Janeiro.
- SANGUIN, A. L. **Geografia Política**. Barcelona: Ed. Oikos-Tau, 1981.
- SANTOS, Milton. **O Espaço do Cidadão**. São Paulo: EDUSP, 1987.
- SAVIANI, Demerval. Instituições Escolares: Conceito, História, Historiografia e Práticas, **Cadernos De História Da Educação**, 4. Uberlândia, Minas Gerais. 2008. Acesso em jun de 2019. <<http://www.seer.ufu.br/index.php/che/article/view/382>>
- SILVA, Nathan Ferreira da. A ação dos agentes sociais na produção do espaço urbano. **I Congresso de Geografia e Atualidades – UNESP**. São Paulo, 2015.
- SIMÕES, Manoel Ricardo. A cidade Estilhaçada – reestruturação econômica e emancipações municipais na Baixada Fluminense. **Programa de Pós-Graduação em Geografia UFF**. (Tese de doutorado), 2006.
- SOUZA, Marcelo Lopes de. Território e (des)territorialização. In: M. L. Souza. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.
- TRINDADE, Adriana de Albuquerque. O estilo político da Bica D’Água: O chaguismo da Guanabara 1969-1974. **Biblioteca Digital da Função Getulio Vargas – CPDOC-FGV**. Rio de Janeiro, 2000. Disponível em <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/6580/801.pdf.txt?sequence=2>> Acesso em dez, 2018.